



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O CURRÍCULO NO CONTEXTO SOCIAL DA  
ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO**

**BRUNA LAYLA NERES MATOS**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O CURRÍCULO NO CONTEXTO SOCIAL DA  
ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

**Bruna Layla Neres Matos**

**O CURRÍCULO NO CONTEXTO SOCIAL DA  
ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em \_\_\_\_\_ de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Profa. Denise França Stehling (orientadora) – UFMG

---

Prof. UFMG

---

Bruna Layla Neres Matos

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais José Evangelista Neres Pereira e Maria de Matos Pereira e às minhas irmãs Lígia Neres Matos e Rogéria Neres Matos, pois sempre me incentivaram para que eu realizasse os meus propósitos, encorajando-me a enfrentar os desafios que a vida propõe.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus pela dádiva da vida e pelo apoio através da fé nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Aos meus pais e demais familiares, que compartilharam do meu ideal e o alimentaram, incentivando-me a prosseguir na jornada, mostrando que o meu caminho deveria ser seguido sem medo, fossem quais fossem os obstáculos, minha eterna gratidão. À professora Denise que dedicou seu tempo e compartilhou sua experiência para que minha formação fosse também um aprendizado de vida, meu carinho e meu agradecimento, pois o seu olhar crítico e construtivo me ajudou a superar os desafios que se mostraram presentes neste trabalho. Às colegas Cilene Magalhães, Soraia Figueiredo e Carla Barbosa, as alegrias desta vitória também são de vocês, pois mais do que colegas de curso fomos e somos companheiras de jornada, comprovando que só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos. Enfim, à toda a equipe da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em especial aos professores Alexandre Gomes, Aline Gabriele e Zeneide Gonçalves, obrigada pelo apoio, paciência e direcionamento pedagógico, dentre outras ações. Valeu a pena... Hoje estamos colhendo o fruto do nosso empenho!

## EPÍGRAFE

*"A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe."*

*Jean Piaget*

## RESUMO

O presente trabalho tem como campo de observações e práticas a Escola Estadual de Felisburgo, tendo como foco o Projeto Político Pedagógico existente na mesma. O currículo é o enfoque principal da educação, pois em decorrência de seu caráter socializador ele se torna o local onde repercutem os interesses sociais e políticos. Ao contextualizá-lo deve-se ter claro que esse instrumento é cultural e social, onde se alicerça a vida social e democrática do país, visto que a formação real deve ser sustentada por todos os envolvidos com o fazer educação. O currículo é um instrumento de função socializador, um elemento imprescindível à prática pedagógica, pois ele está estritamente ligado às variações dos conteúdos, a sociedade e a profissionalização dos docentes. A educação tem poder ímpar na sociedade, através dela é que o conhecimento é distribuído e o currículo passa a ser considerado como um veículo de interesses sociais que concordam com valores e crenças dos grupos dominantes. Sendo assim, compreende-se que a questão curricular é o enfoque principal da educação, pois é principalmente através dele que acontecem os processos de mudança. O mundo está em movimento acelerado de transformações e a escola, como veículo socializador, deve oferecer um currículo que acompanhe essas mudanças para que não se torne algo obsoleto, sem funcionalidade quando relacionarmos com outras instâncias de informações tão próximas e tão presentes na vida em sociedade. Com o propósito de desmistificar a dicotomia entre fazer e executar o currículo, buscou-se nesse trabalho o suporte teórico para aprofundar o entendimento desse tema tão importante para a educação, visando identificar os fatores que compõem essas discussões.

**PALAVRAS CHAVES:** Currículo, Educação e Cultura.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1. O CURRÍCULO NO CONTEXTO SOCIAL DA ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO .....</b>	<b>11</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>15</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>17</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>18</b>
Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Felisburgo	

## INTRODUÇÃO

Pela portaria nº 161/ 70, publicada no Jornal Minas Gerais, Diário Oficial dos Poderes do Estado, de 06 de Junho de 1970, pág. 08, Col. 03, essa escola passou a denominar-se “Ginásio Estadual de Felisburgo”. Quatro anos depois, através da Resolução 810/74, de 06 de Julho de 1974, recebeu a classificação tipológica de Escola Estadual de Felisburgo.

O quadro de funcionários é composto por quarenta e três profissionais distribuídos nas seguintes funções: um diretor, dois vice-diretores, dois especialistas em educação básica, vinte e sete professores e onze funcionários administrativos.

O corpo discente é composto em sua grande maioria por alunos de classe social média/ baixa que busca na escola, além da aprendizagem, o carinho, a assistência, o apoio e alimentação. Atualmente, a escola atende a seiscentos e quarenta e dois alunos, na faixa etária de 11 a 20 anos. Muitos desses alunos apresentam carência não só econômica, mas de assistência familiar e social, sendo esses alguns motivos para as dificuldades permanentes ou temporárias apresentadas pelos mesmos. Em relação a essas dificuldades, os professores procuram desenvolver um trabalho dinâmico e participativo tendo em vista a realidade dos educandos.

O corpo administrativo e pedagógico da escola busca, em conjunto, promover ações como programações socioculturais desenvolvidas através de projetos e conteúdos curriculares trabalhados dentro dos eixos temáticos de modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, refletir, expressando de forma oral e escrita o saber novo construído, como também agindo e interagindo com autonomia e dignidade.

A equipe docente tem buscado utilizar uma metodologia diversificada, objetivando promover uma educação de qualidade, implementando as metas do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Porém, há obstáculos a serem enfrentados como a instalação de uma nova biblioteca que atualmente não comporta o número de alunos que atende por turno, precarizando o trabalho de leitura e pesquisa. O refeitório também é pequeno, não possibilitando conforto para que todos os alunos se acomodem para merendar. Conforme Martins (2001, p. 15):

O patrimônio da escola não é constituído apenas pelos recursos materiais, a infraestrutura, as instalações físicas, os equipamentos, os materiais escolares, dentre outros. O patrimônio tem também uma dimensão imaterial, que pode ser percebida no símbolo da escola, em sua memória, em sua história. Gerir o patrimônio escolar significa não apenas conservar o que se vê como, também, o que ele representa na vida da comunidade em que se insere e dos que a cercam. (MARTINS, 2001, p. 15).

Após a análise do PPP da escola, o eixo “Currículo” foi o que mais precisou de ênfase devido a constante necessidade de refletir sobre a prática vigente e conseqüentemente mudá-la ou aperfeiçoá-la.

A Escola Estadual de Felisburgo busca garantir a igualdade de acesso para os alunos ofertando no currículo uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica. A parte diversificada tem por objetivo enriquecer e complementar a base nacional comum, propiciando a introdução de projetos e atividades de interesse da comunidade. Dessa forma, a base nacional comum e a parte diversificada integram e articulam a vida cidadã com suas áreas de conhecimento.

Para atingir esse objetivo é necessário focar a prática pedagógica no desenvolvimento dos alunos, o que significa observá-los de perto, conhecê-los, compreender sua realidade, suas diferenças, demonstrar interesse por eles, conhecer suas dificuldades e estimular a superação das mesmas.

Apesar das ações executadas em prol de uma educação que atenda às diversidades, percebe-se que a escola ainda enfrenta dificuldades para tornar flexível o seu currículo devido à verticalidade que o mesmo se dá, ou seja, as instituições de ensino possuem uma parcial autonomia para adequar o currículo à realidade dos seus educandos. As orientações são advindas de um órgão superior, não tendo a escola, instituição responsável pela mediação do conhecimento, condições de realizar adaptações. Esse é o questionamento desse trabalho, pois como nos afirma Moreira (2001, p. 38):

Currículo é parte das minhas preocupações porque atuo na escola. O que eu tento entender é porque ocorre o fracasso escolar. O que eu tento entender é como construir alternativas pedagógicas para que os estudantes aprendam. O que eu tento entender é a escola nesta sociedade dada, a nossa sociedade. (...) Se eu quero interferir na escola, eu estou mexendo o tempo todo com a questão do currículo. (Moreira, 2001, p. 38).

A metodologia proposta para encontrar respostas será através de um trabalho de observação do cotidiano escolar, problematizando o fato da escola ter autonomia parcial para trabalhar a sua estrutura curricular, tendo que buscar a unidade, quando na verdade essa instituição é permeada de diversidades.

## **O CURRÍCULO NO CONTEXTO SOCIAL DA ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO**

Preparar as crianças e jovens para a vida adulta, muitas vezes é compreendido como a construção de habilidades para o mercado de trabalho, bem como a capacidade de se relacionar nele e na sociedade.

Sacristán (1998, p. 109) defende que:

Com o avanço da sociedade de direitos, preparar crianças e jovens para a vida tem significado enquanto valorização da infância e da adolescência reconhecê-las com idades próprias e principalmente com características que precisam ser vividas. (SACRISTÁN, 1998, p. 109).

Nesse sentido, entender esse aluno como sujeito é dar importância às vivências com alegria e liberdade ao exercício da democracia, à convivência, como o direito de falar e ouvir, de participar das decisões coletivas, de compreender sua cultura e seu meio, de exercitar um conjunto de direitos socialmente desenvolvidos.

Essencialmente a preocupação da escola é inserir social, cultural e politicamente os alunos como sujeitos de uma sociedade diversificada e diferenciada, numa atitude de crítica e de ação. A educação numa perspectiva de reflexão e mudança curricular envolve todos os grupos sociais. Paulo Freire (2003, p.19), em uma das mais conceituadas citações, “Ninguém educa ninguém. Ninguém se educa sozinho. Os homens se educam em comunhão, mediados pelo mundo”, destaca a importância do meio como estratégia de aprendizagem. Desta forma vale analisar o funcionamento da escola e os aspectos sociais que a envolve.

O mundo está em processo de transformações contínuas. As mudanças ocorridas na sociedade devem estar conectadas com a escola, pois a função da mesma é possibilitar o crescimento intelectual, crítico e participativo dos cidadãos, sendo ela o melhor meio para disseminar essa cultura. Desta forma, é necessário que a mesma reveja os seus conceitos, assim como seu processo. Portanto, podemos considerar as seguintes definições de currículo segundo Sacristán (1998, p. 14):

O currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar.

Está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível de análise político-social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares. (SACRISTÁN, 1998, p. 14).

Na maioria das escolas, a definição das diretrizes curriculares segue um modelo pré-determinado pelo âmbito estadual, existindo na escola uma flexibilidade parcial quanto ao tratamento das mesmas. Essas diretrizes estão em consonância com a realidade da escola, mas é preciso um olhar atento para as necessidades de aprendizagem do corpo discente, pois prioriza-se em cada componente curricular habilidades básicas para a leitura, a escrita e interpretação, além dos cálculos. Junto a essas capacidades, busca-se a formação do indivíduo quanto à ética e à cidadania.

O currículo não pode ser associado a apenas a um documento didático, seu aspecto é bem maior e abrange um grande suporte de caracteres do âmbito educacional e social. Simultaneamente, essa relação significa uma organização das experiências humanas em prol da prática educativa, porém seu conceito abrange diversos seguimentos da educação.

De acordo com a expressão de Grundy (1987, p. 58), “o currículo não pode estar fora e nem prévio às experiências humanas”. Essa afirmação remete a pensar como acontece o processo ensino aprendizagem e como se relacionam os envolvidos nesta perspectiva de educação. O desenvolvimento curricular nas escolas não corresponde ao que é necessário e nem atrativo para a formação do sujeito inserido numa sociedade moderna, visto que as mudanças ocorridas são muitas e as escolas não acompanham essa evolução.

Baseados nesse desafio, que é a busca da formação ética e cidadã dos alunos, a Escola Estadual de Felisburgo, com base em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), tem procurado estruturar o seu trabalho pautando-se em alguns pressupostos.

- O aluno é um ser em desenvolvimento;
- À escola cabe formar o educando, abrangendo o aspecto moral, social, intelectual, ético, político e religioso;
- Ministrando o ensino com vistas ao desenvolvimento integral do aluno, tendo como referência seus interesses e suas necessidades;

- Oferecer ao aluno condições e meios necessários para o desenvolvimento de seu espírito crítico e reflexivo, tornando-o inserido em sua época;
- Prover o aluno de condições que lhe permitam situar-se como agente de sua própria história e da história da sociedade a que pertence;
- Elaborar e executar a proposta pedagógica;
- Promover meios para recuperação de alunos de menor rendimento;
- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando meios de integração da sociedade com a escola.

Vieira (2002 s.p.) transferiu de forma grandiosa a responsabilidade dos pilares da educação ao sistema de gestão da escola, ou seja, *aprender a conhecer, aprender a fazer aprender a conviver e aprender a ser* (UNESCO 1999), não é função apenas do sistema escolar como um todo, mas competências a serem conquistada pelo gestor educacional.

1. Aprender a conhecer o mundo contemporâneo e relacioná-lo com as demandas de cada escola (sua clientela - seus sonhos, suas necessidades, seus direitos – seus profissionais, sua vizinhança, suas condições etc.);
2. Aprender a planejar e fazer (construir, realizar) a escola que se quer (o seu projeto pedagógico);
3. Aprender a conviver com diferentes pessoas, definindo e partilhando com elas o projeto da escola;
4. Aprender a utilizar, sem medos, as próprias potencialidades de crescimento e formação contínua.

É necessário que a escola torne-se aliada desse desenvolvimento realizando uma educação completa aos atrativos sociais, evitando que aconteça uma ideia de escolaridade não focada na realidade dos educandos, tão frequente nas classes média e alta dos ambientes urbanos. Essa dissociação entre a cultura curricular e os meios externos vai deixando a primeira mais obsoleta, ocasionando consequências visíveis aos grupos de alunos, pois ao analisarmos as causas do fracasso escolar percebemos que um dos principais motivos do desinteresse dos alunos é a falta de atrativo do sistema educacional, especificamente aqui abordado como seu currículo.

Se a escola tem como objetivo uma formação democrática ela deve ter uma prática democrática, ou seja, o conhecimento deve expandir os muros da escola, e desarticular o que temos hoje, herança da cultura da educação tradicional, onde a

prática educativa baseava-se na transmissão e na assimilação dos conteúdos pré-estabelecidos de um currículo muito convencional.

Vivemos ainda na marca do tradicionalismo, onde um sabe e o outro aprende do que sabe, não há integração nem reformulação, há sim uma transmissão. Essa prática circunda todo universo escolar. Um ensina e o outro aprende, um manda e o outro obedece. Se procurarmos rever essa prática teremos que mudar a postura, e uma das formas para que isso aconteça é a delegação de atividades e a descentralização do comando. A escola não está vinculada a um único sistema, a escola é de todos e para todos. A escola por si, não resolve a questão curricular, mas ela e seus agentes internos (gestão, professores e alunos) são atores imprescindíveis para o seu desenvolvimento.

Os conteúdos, apesar do que seguidamente se apresentam em classe de modo separado, têm mais potencialidade de uso de compreensão quanto mais relacionados estejam entre si. Muitos dos esforços dos professores estão voltados para oferecer ações que integram conteúdos historicamente isolados ou específicos para auxiliar no seu valor formativo. Segundo Saviani (2000, p. 48):

Partir do que o aluno sabe não quer dizer partir do indivíduo e sim do grupo ou da classe social ao qual ele faz parte, e também não quer dizer ficar naquilo que o grupo já sabe. A busca pelo conhecimento cada vez mais elevado deve ser sempre o objetivo do processo de ensino-aprendizagem. (SAVIANI, 2000, p. 48).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo é um instrumento de função socializador, um elemento imprescindível à prática pedagógica, pois ele está estritamente ligado às variações dos conteúdos, à sociedade, à profissionalização dos docentes. É o enfoque principal da educação, pois é só através dele que acontecem os processos de mudanças. O mundo está em movimento acelerado de transformações e a escola, como veículo socializador, deve oferecer um currículo que acompanhe essas mudanças para que não se torne algo obsoleto, sem funcionalidade quando relacionarmos com outras instâncias de informações tão próximas e tão presentes na vida da humanidade.

Nesse sentido, a análise curricular envolve as instâncias sociais e torna-se claro a importância do currículo como veículo de transformação. A educação numa perspectiva de mudança curricular envolve todos os grupos sociais. Paulo Freire (2003, p.19), em uma das mais conceituadas citações afirma que, “ninguém educa ninguém. Ninguém se educa sozinho. Os homens se educam em comunhão, mediados pelo mundo”, destaca ainda a importância do meio como estratégia de aprendizagem. Desta forma é imprescindível analisar o funcionamento da escola e os aspectos sociais que a envolve.

Não se constrói currículo entre os muros da escola, sua formação vem de todo contexto social e real dos envolvidos. Não se pode pensar em currículo se não avaliar a sua sustentação teórica e sua execução. É necessário vencer a ideia que o currículo se entende como conteúdos a serem seguidos, pois observa-se no nosso cotidiano que o fracasso escolar é real e significativo e o motivo desses dados é a funcionalidade da escola.

Sabe-se que a política educacional tem um valor significativo no que se refere à construção do currículo, mas é necessário que as escolas tais como seus funcionamentos não tomem isto como receita a ser cumprida, pois a mesma refere-se a currículo como estratégia de ação deixando as escolas responsáveis pela construção do seu currículo e conseqüentemente do projeto pedagógico.

Enfim, os objetivos do currículo devem estar a serviço da construção de um cidadão capaz de interagir na sociedade em que vive de forma democrática e igualitária, além de analisar os objetivos educacionais que a escola pretende atingir;

verificar quais experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham a probabilidade de alcançar os propósitos e identificar as relações entre componentes curriculares e o estabelecimento de estruturas de conteúdos.

## REFERÊNCIAS

FORQUIM, Jean- Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.  
VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão Escolar, desafios a enfrentar** (2002).

GRUNDY, S. Curriculum, TheFalmer Press, 1987.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. **Progestão: como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola?** Módulo VII. Ricardo Chaves de Rezende Martins, Rui Rodrigues Aguiar; Coordenação Geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília :Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MOREIRA, Antonio Flavio. **Currículo na Contemporaneidade: Incertezas e Desafios**. Cortez, 2003.

MOREIRA, A.F.B e SILVA, T.T. (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

SACRISTÁN, J. Gimeno .**O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7ª ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

TYLER, Ralph. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Porto Alegre: Globo, 1974.

**ANEXO: Projeto Político Pedagógico**



escola de **gestores**  
da educação **básica**

**ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**BRUNA LAYLA NERES MATOS**

**CARLA BARBOSA FERREIRA CARVALHO**

**CILENE MAGALHÃES SANTOS**

**SORAIA GUIMARÃES FIGUEIREDO**

**FELISBURGO, 2013**



escola de **gestores**  
da educação básica

## **ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO**

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**FELISBURGO, 2013**



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO .....	04
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	06
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa .....	06
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica .....	08
3. CURRÍCULO .....	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	17
7. AVALIAÇÃO .....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	21
REFERÊNCIAS .....	23

## INTRODUÇÃO

Pela Portaria nº 161/ 70, publicada no Jornal Minas Gerais, Diário Oficial dos Poderes do Estado, de 06 de Junho de 1970, pág. 08, Col. 03, essa escola passou a denominar-se “Ginásio Estadual de Felisburgo”. Quatro anos depois, através da Resolução 810/ 74, de 06 de Julho de 1974, recebeu a classificação tipológica de Escola Estadual de Felisburgo.

O quadro de funcionários é composto por quarenta e três profissionais distribuídos nas seguintes funções: um diretor, dois vice-diretores, dois especialistas em educação básica, vinte e sete professores e onze funcionários administrativos.

O corpo discente é composto em sua grande maioria por alunos de classe social média/ baixa que busca na escola, além da aprendizagem, o carinho, a assistência, o apoio e alimentação. Atualmente, a escola atende a seiscentos e quarenta e dois alunos, na faixa etária de 11 a 20 anos. Muitos desses alunos apresentam carência não só econômica, mas de assistência familiar e social, sendo estes alguns motivos para as dificuldades permanentes ou temporárias apresentadas pelos mesmos. Em relação a essas dificuldades, os professores procuram desenvolver um trabalho dinâmico e participativo tendo em vista a realidade dos educandos.

A frequência é satisfatória, mas há casos esporádicos de alunos que faltam bastante. Quando acontece essa situação, os pais são convocados para justificarem e não sendo resolvido é acionado o Conselho Tutelar.

O corpo administrativo e pedagógico da escola busca, em conjunto, promover ações como programações socioculturais desenvolvidas através de projetos e conteúdos curriculares trabalhados dentro dos eixos temáticos de modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, refletir, expressando de forma oral e escrita o saber novo construído, como também agindo e interagindo com autonomia e dignidade.

As aulas são planejadas tendo em vista os recursos e espaços disponibilizados como: datashow, sala de informática, televisão, DVD, retroprojetor, vídeos e o laboratório de ciências que conta apenas com o espaço e poucos recursos de vidrarias e reagentes, não tendo os equipamentos necessários para o desenvolvimento de aulas práticas.

A equipe docente tem buscado utilizar uma metodologia diversificada, objetivando promover uma educação de qualidade, implementando as metas do Projeto Político Pedagógico da escola. Porém, temos como obstáculos a enfrentar a instalação de uma nova biblioteca que atualmente não comporta o número de alunos que atende por turno, precarizando o trabalho de leitura e pesquisa. O refeitório também é pequeno, não possibilitando conforto para que todos os alunos se acomodem para merendar. Conforme Martins (2001, p. 15)

O patrimônio da Escola não é constituído apenas pelos recursos materiais, a infraestrutura, as instalações físicas, os equipamentos, os materiais escolares, dentre outros. O patrimônio tem também uma dimensão imaterial, que pode ser percebida no símbolo da Escola, em sua memória, em sua história. Gerir o patrimônio escolar significa não apenas conservar o que se vê como, também, o que ele representa na vida da comunidade em que se insere e dos que a cercam. (MARTINS, 2001, p. 15).

Nesse sentido, acreditamos que o papel do diretor da escola é exercer uma liderança pedagógica, administrativa e financeira, garantir uma gestão democrática, ética, transparente e eficaz na organização escolar, tornando-a um instrumento para a promoção da inclusão social.

O gestor deve manter um elo de comunicação com a comunidade escolar, com vista a prestar contas, com transparência, dos seus planos de ação e realizações da escola, interagindo com a comunidade escolar através de assembleia geral, Dia D e encontros que ocorrem nesta instituição educacional, buscando atingir um bom resultado.

## **1. FINALIDADES DA ESCOLA**

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação do seu papel social e a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, de contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. (VEIGA, 1998, p.9).

Preparar as crianças e jovens para a vida adulta, muitas vezes era compreendido como a construção de habilidades para o mercado de trabalho, bem como a capacidade de se relacionar nele e na sociedade.

Com o avanço da sociedade de direitos, preparar crianças e jovens para a vida tem significado enquanto valorização da infância e da adolescência, reconhecê-las como idades próprias, com características que precisam ser vividas. Destaca-se, então, a importância de vivenciar com alegria o exercício de direitos democráticos, da convivência, como o direito de falar e ouvir, de participar das decisões coletivas, de compreender sua cultura e seu meio, de exercitar um conjunto de direitos socialmente desenvolvidos.

Essencialmente a preocupação da escola é inserir social, cultural e politicamente os alunos como sujeitos de uma sociedade diversificada e diferenciada, numa atitude de crítica e de ação. Estamos cientes de que tudo isso está profundamente associado à aprendizagem dos principais conhecimentos científicos.

A Escola Estadual de Felisburgo adota os seguintes princípios como eixos norteadores de suas ações pedagógicas:

- Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;
- Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

Frente ao trabalho desenvolvido pela instituição e aos problemas enfrentados, é nossa tarefa resgatar a centralidade da educação e, mais especificamente, da educação escolar é tarefa não apenas necessária, mas urgente. Segundo Moacir Gadotti (2000, p. 03)

A escola pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pela informatização da vida social, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. (GADOTTI, 2000, p. 03).

É de acordo os objetivos educacionais voltados ao sucesso do ensino e da aprendizagem que a Escola Estadual de Felisburgo busca proporcionar aos seus educandos uma educação de qualidade. Projetamos suportes administrativos e financeiros para atender os alunos, cada caso e suas peculiaridades; elaborar um currículo integrado onde todos os conteúdos sejam trabalhados de forma contextualizada, sem fragmentação, atendendo às reais necessidades do aluno, da escola e da região; desenvolver habilidades centradas na parte cultural e artística do nosso educando; oferecer salas oficinas para atender cada aluno em sua diversidade.

Diante da situação real da escola e esta ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que queremos inovar, seremos uma escola capaz de discutir, avaliar nossas práticas, construindo coletivamente esse documento, estruturando currículos que reflitam nossas concepções de mundo, valores de educação e de formação do homem integral.

Enfim, é missão da escola assumir a competência primordial da mesma: educar e ensinar/aprender.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA**

A gestão administrativa é tratada como meio para a construção de uma escola de qualidade, portanto tem aspectos importantes no desenvolvimento das ações direcionadas ao bem estar dos adolescentes, dos docentes e de todos os servidores.

O corpo administrativo da escola é formado por um diretor, dois vice-diretores, dois especialistas em Educação Básica, um secretário e três assistentes técnicos.

O corpo docente é composto por: cinco professores de Língua Portuguesa, quatro professores de Matemática, quatro professores de Geografia, dois professores de História,

três professores de Ciências Biológicas, dois professores de Língua Inglesa, dois professores de Educação Física, um professor de Artes, um professor de Educação Religiosa, dois professores de Química, dois professores de Física, um professor de Sociologia e um professor de Filosofia.

Quanto à estrutura física, a escola apresenta-se em boas condições de uso, sendo o prédio conservado e adaptado para os alunos deficientes. Há nove salas de aula arejadas, ventiladas, uma cantina com despensa e refeitório com mesas e bancos, uma diretoria, uma secretaria acoplada com sala de arquivo, uma sala de Supervisão, sanitário feminino e masculino, uma sala de professores, uma sala de informática, uma quadra poliesportiva coberta com vestiários masculino e feminino e um laboratório de Ciências desativado por falta de equipamentos. O prédio está em bom estado de conservação bem como os serviços de limpeza, iluminação e demais.

A escola disponibiliza equipamentos variados para enriquecimento das aulas e uso dos profissionais como vinte computadores na sala de informática, quatro na secretaria, um na sala de supervisão, um na sala dos professores, um na biblioteca, um na diretoria, quatro data-show, dois aparelhos de DVD, dois aparelhos de som, um retro-projetor, três televisores e três notebooks.

A merenda escolar é de boa qualidade e há a preocupação de oferecer um cardápio variado atendendo às necessidades básicas de um turno da vida dos alunos. A mesma é oferecida gratuitamente pela Secretaria Estadual de Educação, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os recursos financeiros aplicados na educação desta referida escola são gerenciados pelo Diretor juntamente com o Colegiado Escolar e membros do Conselho Fiscal. É permitido investir em equipamentos e produtos seguindo o Plano de Trabalho disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação.

A escola recebe ainda recursos financeiros diretamente na Caixa Escolar, como: PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, PDE – Plano de Desenvolvimento Escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), recursos para manutenção, reparos da rede física, material de consumo, aquisição de mobiliários, equipamentos necessários ao funcionamento da unidade de ensino e para realização de obras de construção, ampliação e reforma. Os recursos são aplicados de forma clara e objetiva seguindo as disposições do Decreto Estadual nº 45.085/09 e a Resolução SEE nº 2.245 de 28 de dezembro de 2012.

O gestor tem o papel de zelar pela garantia de uma educação de qualidade, ofertando condições adequadas para garantir uma formação integral aos alunos nos níveis de ensino ofertados na escola, e isso inclui uma infraestrutura adequada, formação continuada dos profissionais, merenda de qualidade, aplicação correta dos recursos e, além disso, dar conta também das questões legais, das relações interpessoais e da interação com a comunidade escolar.

Acima de tudo, a gestão deve estar atenta ao eixo principal que é a gestão pedagógica, pois a função principal da escola é fazer acontecer a aprendizagem dos alunos. Em relação à questão prioritária que é a qualidade da educação e as condições de oferecê-la, Cury (2010, p. 03) enfatiza no seu texto que:

Se a nossa Constituição põe como princípio do ensino a garantia de um padrão de qualidade (art. 206, VII), por contraste, assinala, no art. 208, §2º, que o não oferecimento do ensino obrigatório ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. (CURY, 2010, p.03).

## **2. 2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA**

A Escola Estadual de Felisburgo, seguindo as orientações contidas na Resolução SEE nº 2197/2012, atende alunos das séries finais com os Ciclos Intermediário e da Consolidação no ensino fundamental e no Ensino médio com alunos da última etapa do sistema de seriação.

O planejamento é organizado bimestralmente levando em conta os progressos e dificuldades das turmas, sendo elaborado pelos professores sob coordenação e orientação dos especialistas e tem como subsídio o Plano de Intervenção Pedagógica e o Projeto Político Pedagógico que são elaborados coletivamente com a participação de toda a comunidade escolar. Após discussão coletiva reúnem-se os grupos por áreas de estudo com acompanhamento da equipe pedagógica e de acordo os Conteúdos Básicos Comuns (CBC) e assim atende ao princípio citado por Souza (2005, p. 10):

O planejamento deve pautar-se pelo princípio da busca da unidade entre teoria e prática, e se instituir como momento privilegiado de tomada de decisões acerca das finalidades da educação básica. O planejamento, no âmbito da unidade escolar, caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização desse trabalho. (SOUZA, 2005, p.10).

Além do planejamento bimestral, todas as áreas trabalham com o plano semanal, onde nas reuniões de módulo II, que é a reunião pedagógica semanal extra-turno com duas horas de duração (das 17h30min às 19h30min) por área, os professores, sob a coordenação dos especialistas, planejam as aulas que serão ministradas na semana.

A enturmação dos alunos é realizada em conjunto pelo diretor, especialistas e professores, considerando a idade e observando também o comportamento para não agrupar os alunos com as mesmas características de aprendizagem e indisciplina na mesma turma. No início do ano letivo é aplicada uma avaliação diagnóstica em todas as turmas que servirá de subsídio para o professor planejar a sua prática pedagógica e buscar estratégias para sanar as dificuldades encontradas no processo pedagógico.

Nas turmas do 1º ano do ensino médio aplicam-se as avaliações do PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar) que é um programa da Secretaria de Estado de Educação que possibilita identificar as necessidades imediatas para a intervenção pedagógica. As avaliações externas, como SIMAVE/PROEB, também servem de subsídio para o planejamento, pois as matrizes de referência são analisadas, detectando os descritores que os alunos apresentaram mais dificuldades.

As turmas são heterogêneas, com várias faixas etárias e níveis diferenciados de aprendizagem. Neste item Cury (2010, p. 16) destaca que “turmas homogêneas devem ser evitadas a fim de se propiciar a valorização de experiências diferenciadas, o respeito ao outro diferente, a pluralidade cultural”. E assim a enturmação é uma prática que viabiliza considerar as diversas culturas e os saberes diferentes, sendo que para os alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas em cada ano ou ciclo o Serviço de Supervisão Pedagógica organiza as aulas de reforço no próprio turno, sob a orientação dos professores para o ensino para uso da biblioteca para superar as dificuldades.

A escola oferece recursos de apoio didático tais como retroprojetor, computador, data show, televisor, vídeo e som com objetivo de enriquecer as aulas tornando-as mais

práticas e atrativas. Como a metodologia utilizada deve ser diversificada, a escola também dispõe de alguns recursos didáticos que auxiliam nas realizações da prática pedagógica como coleções didático-pedagógicas, jogos, recursos audiovisuais, livros didáticos e os materiais necessários à realização das aulas. Os materiais didáticos utilizados pelos docentes são confeccionados pelos mesmos, tendo o apoio de recursos eletrônicos como o computador e a máquina de xerografar.

A direção da Escola Estadual de Felisburgo, procurando realizar as transformações no processo pedagógico, realiza ações que viabilizam o processo de qualificação do profissional da educação como:

- Espaço no calendário escolar para planejamento e trocas de experiências entre os professores de uma mesma série;
- Reuniões pedagógicas semestrais com temas referentes ao Projeto Político Pedagógico;
- Promoção e participação em eventos pedagógicos, culturais e de lazer;
- Reuniões de Módulo II semanalmente;
- Capacitações previstas no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) para os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática;
- Capacitações promovidas pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) e Superintendência Regional de Ensino (SRE).

O corpo docente da escola é composto de profissionais que tem qualificação em nível superior. Portanto, a instituição procura de acordo as ações descritas acima proporcionar a formação continuada aos professores para terem condições de desenvolver um trabalho voltado às reais necessidades do educando, garantindo um ensino de qualidade como é direito de todos os cidadãos. Cury (2010, p. 9) ressalta que a “qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidos o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância”.

A organização e o funcionamento do ensino nesta escola fundamentam-se no princípio da gestão democrática e na observância das normas legais visando sempre garantir a permanência de todos os alunos na Escola Pública Democrática, trabalhando na busca do seu aperfeiçoamento pedagógico com vistas ao sucesso escolar. A escola funciona para atender o seu alunado em todos os seus aspectos sociais, culturais e cognitivos; para tanto, visa desenvolver uma proposta de qualidade na perspectiva de uma educação para a cidadania.

Os alunos atendidos encontram-se na faixa etária a partir de 10 anos. O horário de funcionamento no matutino é de 7:00h às 11:30h, vespertino é de 13:00h às 17:00h e no noturno de 19:00h às 22:30h para atender a disponibilidade dos educandos que na sua maioria são trabalhadores.

Os conteúdos curriculares são trabalhados de forma interdisciplinar procurando adequar à idade dos alunos, atendendo-os nas suas especificidades e visando proporcionar uma formação humana integral que possibilite a sua inserção na sociedade. É realizado o aproveitamento de conhecimentos e habilidades adquiridas pelos educandos por meio informais, privilegiando temas adequados à faixa etária dos alunos.

### **3. CURRÍCULO**

A E. E. De Felisburgo garante a igualdade de acesso para os alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A parte diversificada tem por objetivo enriquecer e complementar a base nacional comum, propiciando a introdução de projetos e atividades de interesse da comunidade. A parte diversificada do currículo é estipulada de acordo com as necessidades e interesses dos alunos. A base nacional comum e a parte diversificada integram e articulam a vida cidadã com suas áreas de conhecimento.

Os objetivos e prioridades do ensino da escola abrangem os seguintes ideais:

- O aluno é ser em desenvolvimento;
- À escola cabe formar o educando, abrangendo o aspecto moral, social, intelectual, ético, político e religioso;
- Ministar o ensino com vistas ao desenvolvimento integral do aluno, tendo como referência seus interesses e suas necessidades;
- Oferecer ao aluno condições e meios necessários para o desenvolvimento de seu espírito crítico e reflexivo, tornando-o inserido em sua época;
- Prover o aluno de condições que lhe permitam situar-se como agente de sua própria história e da história da sociedade a que pertence;

- Elaborar e executar a proposta pedagógica;
- Promover meios para recuperação de alunos de menor rendimento;
- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando meios de integração da sociedade com a escola.

Os conteúdos, apesar do que seguidamente se apresentam em classe de modo separado, têm mais potencialidade de uso de compreensão quanto mais relacionados estejam entre si. Muitos dos esforços dos professores estão voltados para oferecer ações que integram conteúdos historicamente isolados ou específicos para auxiliar no seu valor formativo.

A instituição compreende currículo como expressão de princípios e metas do projeto educativo que precisam ser flexíveis para promover discussões e reelaborações, quando necessário.

Na organização curricular, prioriza-se o desenvolvimento da capacidade de aprender a construção de significados socialmente reconhecidos como verdadeiros sobre o mundo físico e natural e o domínio dos princípios e fundamentos científico- tecnológicos. Segundo a Resolução CEB nº03, de 26 de junho de 1998, “nesta organização devem ter presente que os conteúdos curriculares não são fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir competências cognitivas e sociais”. É necessário compreender que as linguagens são indispensáveis ao exercício da cidadania, as metodologias de ensino diversificadas estimulam a reconstrução do conhecimento, mobilizam o raciocínio e despertam interesses.

Os temas transversais são trabalhados aliados às disciplinas curriculares, sendo os temas trabalhados conforme Res. CNE/CEB nº2/2012 de 30/01/2012. As temáticas abordadas são Educação alimentar e nutricional; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação ambiental; Educação para o trânsito e Educação em direitos humanos. O estudo da dependência química e das consequências neuropsíquicas e sociológicas do uso das drogas é integrado aos componentes curriculares das áreas de conhecimento.

O estudo da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas está integrado aos componentes curriculares das áreas de conhecimento conforme Lei Federal nº 11.645/08. A preparação para o trabalho desenvolve-se sob a forma de atividades integradas aos componentes curriculares das áreas de conhecimento como elemento de

formação integral do aluno. Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular Arte, em atendimento ao disposto na Lei nº 11.769/ 2008. Percebe-se que as situações de aprendizagem provam sentimentos e trabalham a afetividade do aluno.

Existe na escola a oferta de Educação em Tempo Integral que possui como objetivo ampliar as oportunidades educacionais dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas pela escola. Na instituição há aulas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física.

Há ainda certa dificuldade dos docentes no trabalho voltado à integração entre as disciplinas porque muitos ainda não conseguem relacionar os conteúdos entre si. Uma ação que auxilia no processo ensino-aprendizagem em relação à interdisciplinaridade, que é a integração entre as disciplinas, é a execução dos projetos pedagógicos escolares, de fundamental importância para o enriquecimento dos conhecimentos e compartilhamento de experiências. Projetos como Consciência negra, Valores, Gincana solidária, Festa do estudante, Leitura, dentre outros, são trabalhados na escola de forma integrada.

Portanto, podemos considerar as seguintes definições de currículo segundo Sacristán (1998, p. 14):

O currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível de análise político-social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação "mais técnica", descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares. (SACRISTÁN, 1998, p. 14).

A Escola Estadual de Felisburgo busca hoje a possibilidade de formação de indivíduos com uma nova mentalidade. Nessa perspectiva, o currículo escolar busca as suas fontes de inspiração no saber e nas suas necessidades do contexto social. A definição das diretrizes curriculares segue um modelo pré-determinado pelo âmbito estadual, existindo na escola uma flexibilidade quanto ao tratamento das mesmas. Essas diretrizes estão em consonância com a realidade da escola, mas é preciso um olhar atento para as

necessidades de aprendizagem do corpo discente, pois prioriza-se em cada componente curricular habilidades básicas para a leitura, a escrita e interpretação, além dos cálculos. Junto a essas capacidades, busca-se a formação do indivíduo quanto à ética e à cidadania.

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Na organização do tempo escolar, atualmente a escola está organizada em ciclos tendo em vista a idade de formação dos educandos. A jornada escolar no Ensino Fundamental e Médio é organizada em quatro horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio, que são vinte minutos diários.

Respeitados os dispositivos legais previstos no quadro curricular da instituição, compete à escola proceder à organização do tempo escolar no Ensino Fundamental e Médio, assegurando a duração da semana letiva de cinco dias.

O horário escolar é organizado com algumas aulas geminadas de uma mesma disciplina como Língua Portuguesa e Matemática para melhor desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

O planejamento pedagógico é realizado bimestralmente, mas uma vez por semana os professores se reúnem para uma reunião semanal extra-turno com duração de duas horas (das 17h 30min às 19h 30min), sendo este espaço reservado para que o corpo docente e a equipe pedagógica discutam metas e ações para o cotidiano escolar, conforme explicitado no eixo anterior.

Partindo de uma concepção humanística pautada no trabalho coletivo, integrado, gerador de mudanças em todos os aspectos, a escola define o tempo escolar em ciclos, preocupando-se com o tempo de permanência do aluno e o compromisso com o processo educativo.

Os horários e espaços escolares, bem como a organização de turmas se dão de modo que promovam a frequência e a aprendizagem dos alunos, visto que a escola faz remanejamentos de acordo o nível de aprendizagem e recuperação paralela, ou seja, busca-se auxiliar os alunos a vencerem as dificuldades encontradas logo que estas são detectadas, sendo aplicadas atividades de ensino durante todo o bimestre. A escola

organiza agrupamento e reagrupamento dos alunos como estratégia pedagógica para garantir a efetiva aprendizagem de todos:

- I- Turmas organizadas por idade e nível de escolaridade;
- II- Grupos temporários de alunos da mesma turma ou de turmas distintas organizadas para atendimento diferenciado ou para realização de atividades.

Os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita recebem aulas de reforço no próprio turno em que estudam, sendo orientados pelas bibliotecárias que realizam trabalhos de intervenção pedagógica na escola.

As aulas extraclasse, apesar de pouco utilizadas, acontecem no espaço escolar, ou fora dele em praças e auditórios, onde são programadas pelos professores, visitas, excursões, entrevistas e alguns trabalhos de campo. A escola tem buscado estabelecer um clima propício à aprendizagem e interação social, objetivando que todas as suas potencialidades se efetivem em ações criativas e participativas, produzindo saberes diversificados. Assim é possível oferecer uma educação para a formação de pessoas críticas, conscientes e atuantes, estabelecendo com o próximo relações de reciprocidade para construir sua cultura e sua história.

## **5. PROCESSOS DE DECISÃO**

A gestão da Escola Estadual de Felisburgo é uma gestão democrática onde as decisões são tomadas coletivamente com mais frequência nas reuniões mensais com os professores, especialistas e corpo administrativo. Os alunos participam de forma indireta, pois são sempre convidados a participarem, mas a representatividade é sempre pequena.

A participação dos pais também pode-se considerar tímida, pois participam pouco da vida escolar dos filhos, comparecem à escola quando solicitados e com pouca frequência. Espaços estão sendo criados para convidar os pais a ir e vir para o meio educativo, como nas reuniões das turmas que são realizadas com a presença dos pais, alunos, especialistas e direção, sendo que na pauta já existe o momento de participação de todos os segmentos participantes.

Na implementação do PIP (Plano de Intervenção Pedagógica) também há um espaço aberto onde os pais opinam, discutem e sugerem alternativas para a melhoria do

processo ensino aprendizagem dos alunos. Sobre a gestão democrática Souza (2010, p. 01) define:

[...] gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2010, p. 01).

Na escola os espaços são abertos para discussão dos problemas, levantamento de alternativas para resolução dos conflitos e as sugestões são sempre direcionadas aos setores interessados, havendo socialização e busca constante para resolução dos problemas. A escola está lutando para superar a sua estrutura burocrática, caminhando para transformação, onde o conhecimento é construído coletivamente. Observando Souza (2010, p. 02) ele enfatiza:

[...] essa gestão tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.” (SOUZA, 2010, p. 02).

O gestor assume função primordial nesta ação, é dele a função de buscar mecanismos de construção coletiva e na Escola Estadual de Felisburgo existem os seguintes instrumentos implantados que fornecem subsídios para que aconteça de fato uma gestão democrática:

- Colegiado escolar – O colegiado é representado pelos diversos segmentos da comunidade escolar, composto por 09 membros sendo 01 presidente que é o diretor e 50% por profissionais em exercício – 02 professores e 02 servidores que atuam em outras áreas, e 50% por comunidade atendida na escola que são 02 pais de alunos menores de 14 anos e 02 alunos maiores de 14 anos. As reuniões acontecem mensalmente conforme cronograma elaborado pelos membros e previsto no calendário escolar e extraordinariamente sempre que necessário sendo convocada pelo presidente ou por 1/3 dos seus membros. As ações vão desde participar na elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico da

escola até cuidar da transparência dos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos.

- Assembleia Geral - Está marcada no calendário escolar conforme previsto no regimento e acontece uma vez em cada semestre. Destina-se à participação da grande maioria dos membros da comunidade. É convocada pelo diretor e objetiva discutir assuntos relevantes e de interesse de todos os segmentos: professores, pais, alunos e funcionários. As decisões tomadas em assembleia geral são registradas em livro próprio pelo secretário e depois assinada por todos os presentes.

- Grêmios estudantis – O grêmios está em processo de implantação na escola, onde se realizou as reuniões para orientação do processo de implementação criando espaços de participação dos alunos no cotidiano escolar.

- Processo de escolha dos dirigentes escolares – A escolha do gestor é mista por aprovação na certificação que é a prova objetiva e de títulos, e a eleição onde somente os candidatos habilitados na certificação podem se candidatar ao processo e a comunidade dividida por segmentos escolhem através do voto secreto a pessoa indicada que será o representante da instituição.

Levando em consideração a implementação desses processos e práticas de participação coletiva na Escola Estadual de Felisburgo, já não existe o cenário do gestor exercendo a função autoritária, pois aliados a estes instrumentos ainda contamos com a construção e reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar e local, discussão e mudanças na organização do trabalho e na gestão da escola observando sempre a realidade contextual e também a legislação.

Portanto, o gestor deverá aglutinar todas as forças no sentido de construir equipes participativas buscando também parcerias com os diversos órgãos. Na escola podemos citar os seguintes existentes: Conselho Tutelar que mantém um bom relacionamento auxiliando nas questões referentes à frequência, comportamento, atitudes e aprendizagem, estando presente na escola sempre que se faz necessário; Secretaria de Saúde que realiza uma vez em cada semestre palestras relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e campanhas sobre saúde; Secretaria de Esporte e Cultura que colabora nas atividades esportivas como os campeonatos desenvolvidos na escola e todos os eventos culturais realizados na cidade onde a escola é parceira, participando ativamente.

O Conselho de Classe ocorre bimestralmente. Os professores reúnem-se com a equipe pedagógica, direção e os líderes das turmas que buscam conjuntamente analisar a atual situação dos alunos objetivando auxiliá-los em suas dificuldades.

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

Pensar as relações na Escola é pensar nas interações que se desenvolvem no ambiente escolar.

Segundo o Guia do diretor elaborado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais em 2007, pode-se afirmar:

No relacionamento entre pessoas de um mesmo ambiente de trabalho, todo bom funcionamento e todo bom resultado não se fazem automaticamente. As pessoas, uma a uma, integradas num espírito de equipe, ocupando diferentes cargos, são as engrenagens que movimentam a instituição. Não é diferente na escola. Uma escola que tem seus profissionais comprometidos com objetivos comuns e formando um verdadeiro “time”, consegue alcançar melhores resultados do que outra em que cada um está por si só. A consciência de que o trabalho do outro é tão importante quanto o nosso, é fundamental para o cumprimento de metas ambiciosas como as metas educacionais. (MINAS GERAIS, 2007, p. 66).

Na Escola Estadual de Felisburgo, o relacionamento entre os profissionais da educação acontece de forma harmoniosa, há um trabalho em equipe e as pessoas se respeitam, portanto é notável o compromisso e a responsabilidade que todos têm com as suas atribuições, buscando sempre alcançar as metas propostas pela Secretaria de Estado de Educação, pois trabalham com este objetivo.

A direção exerce papel fundamental nesse contexto, pois é dele a função de articular este relacionamento. Para Lucchesi (1997, p.233):

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição. Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das microrelações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal. Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tornando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão. (LUCCHESI, 1997, p. 233).

Que não é a prática da escola existe sim os conflitos, pois todos podem opinar discutir e participar, porém estes conflitos são mediados buscando chegar a um consenso nas resoluções dos problemas e situações vivenciadas na escola. Em reuniões de Módulo II, 01 vez a cada bimestre, desenvolvemos atividades práticas que contribuem para compreensão das relações interpessoais como:

- Dinâmicas de grupo;
- Textos e mensagens para reflexão;
- Exibição de filmes e vídeos para reflexão.

No cotidiano da escola, todos têm suas funções explicitadas e colaboram entre si. A articulação entre os segmentos são estabelecidas em reuniões e encontros proporcionados pela escola e Superintendência Regional de Ensino e no dia a dia acontecem naturalmente a divisão das tarefas, pois a maioria é consciente das suas funções. Quanto à formação profissional, 80% dos professores são habilitados na área em que atuam e os demais 20% possuem curso superior em outras áreas sendo autorizados a trabalhar com o conteúdo específico.

## **7. AVALIAÇÃO**

A Escola Estadual de Felisburgo compreende que o planejamento e o desenvolvimento do ensino devem visar à melhoria da sua qualidade, a redução dos índices de repetência e evasão escolar.

A avaliação do aluno é compreendida como parte integrante do processo pedagógico com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

O processo de avaliação do desenvolvimento do aluno é realizado de acordo com a Proposta Pedagógica da escola, garantindo:

- I- A permanente informação e registro sobre o desempenho do aluno em relação aos objetivos do currículo em vigor;
- II- A observância às flexibilizações e adaptações curriculares em respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos;
- III- O replanejamento didático com base nos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE – PROEB);
- IV- A prática da avaliação contínua e processual, de forma a propiciar os meios necessários à continuidade do processo de aprendizagem do aluno em todos os níveis da educação básica;
- V- O fornecimento de dados para a auto-avaliação desta escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

No Ensino Fundamental e Médio os resultados da aprendizagem são utilizados como referenciais para identificar os avanços e as dificuldades dos alunos. A avaliação da aprendizagem está organizada de acordo os princípios da progressão continuada e progressão parcial, tendo as seguintes características:

- I - É contínua e processual;
- II - É dinâmica e participativa;
- III - É diagnóstica e investigativa.

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

- I- O atendimento diferenciado aos alunos;
- II- A adequação do plano didático, tendo em vista os objetivos curriculares;
- III- O registro de informação acerca do desempenho escolar do aluno.

Cabe à escola, de acordo com a legislação vigente e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, criar estratégias para organização e reorganização do tempo e do espaço escolar, bem como o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações

pedagógicas para atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem no tempo em que elas surgirem. As estratégias de atendimento diferenciado, considerando as novas oportunidades de aprendizagem a serem viabilizadas pelo professor para construção do conhecimento, devem ser previstas na Proposta Pedagógica, no Regimento Escolar e divulgadas amplamente na comunidade escolar, em reuniões de Pais e do Colegiado Escolar.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual participam alunos, professores e especialistas da educação e tem por finalidade averiguar o desempenho do aluno, o que aprendeu, o que não aprendeu e o porquê.

O acompanhamento e a avaliação dos resultados possibilitam:

- I- Analisar o eixo pedagógico visando garantir a efetividade do processo ensino-aprendizagem diante dos resultados e das atividades observadas;
- II- A permanente informação e referência para formulação da prática educativa do professor na direção da construção do conhecimento e da formação global dos alunos;
- III- A incorporação, além da dimensão cognitiva, dos aspectos culturais, sociais, biológicos e afetivos;
- IV- A construção do conhecimento que enfatiza os interesses e a realidade do aluno com uma interação efetiva entre o professor– aluno – conhecimento, na construção de uma avaliação dinâmica, reflexiva e problematizadora;
- V- O fornecimento de dados para a auto- avaliação da escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar;
- VI- O replanejamento de estudos de recuperação de acordo com as necessidades do aluno.

No processo ensino aprendizagem observa-se a utilização de vários instrumentos de avaliação (testes, trabalhos individuais ou de grupos, pesquisas, tarefas, atividades em classe ou extraclasse, arguições, observação e outros), devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nos anos finais do Ensino fundamental e no Ensino Médio os resultados das avaliações dos alunos são expressos em pontos numa escala de (0) zero a (100) cem para todas as disciplinas. Segundo acordado no Regimento Escolar, os 100 (cem) pontos terão a seguinte distribuição:

1ª Etapa: 20 (vinte ) pontos;

2ª Etapa: 25 (vinte e cinco) pontos;

3ª Etapa: 25 (vinte e cinco) pontos;

4ª Etapa: 30 ( trinta ) pontos.

A recuperação da aprendizagem acontece logo que as dificuldades dos alunos são detectadas nas atividades de ensino e nas atividades avaliativas. Os professores realizam as intervenções pedagógicas através de retomada de conteúdos (explanação), espaço para dúvidas e simulados.

As disciplinas Arte (8º ano do Ensino Fundamental), Artes (1º ano do Ensino Médio), Educação Física e Educação Religiosa têm os seus registros de avaliações em forma de conceitos, sendo também computados para fins de aprovação ou retenção.

Os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pela escola e os resultados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB – e do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE – devem ser consideradas no planejamento didático.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto político pedagógico mostra a cara da escola, os seus anseios, as suas dificuldades, a sua realidade.

É de fundamental importância assegurar a implementação do Projeto Político Pedagógico, pois é uma exigência da sociedade atual a consolidação de uma escola de qualidade. Esse projeto foi elaborado coletivamente com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, observando a realidade em que a comunidade está inserida. Foram realizadas assembleias gerais com a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores e servidores da escola), onde através de oficinas e plenárias realizou-se o estudo de textos e da proposta atual para alterar os itens necessários.

O trabalho em grupo viabilizou a participação de todos os segmentos da comunidade que construíram o PPP com a “*cara*” da escola. A proposta contempla os principais problemas como pouca participação dos pais no processo escolar dos filhos, laboratório de ciências inativo, necessidade de mais cursos de formação continuada, ampliação do espaço da biblioteca e refeitório pequeno. Mas também destaca os pontos que contribuem para o fortalecimento da escola como: Programações sócio-culturais desenvolvidas através de projetos; conteúdos curriculares trabalhados de acordo os eixos temáticos; reuniões de pais por turma com participação dos professores, alunos e equipe pedagógica; participação efetiva do colegiado nas decisões da escola; boa utilização e conservação do prédio e quase cem por cento dos professores são habilitados.

Há um caminho ainda a ser percorrido, pois se faz necessário sensibilizar os pais através de reuniões da importância de acompanhar a vida escolar dos seus filhos, solicitar através de ofício à Secretaria Estadual de Educação os equipamentos necessários para reativar o laboratório de ciências e solicitar também a ampliação da biblioteca e refeitório, bem como implantar novos cursos de formação continuada.

Contudo, a construção do Projeto Político Pedagógico é um processo inconcluso, que requer sempre rever o que está dando certo, reestruturar os itens necessários e, portanto, avaliar periodicamente para que a sua implantação cumpra com sua função principal que é a melhoria do processo pedagógico da escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.º 03 de 26 de junho de 1998 . Diário Oficial da União, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.º 02 de 30 de janeiro de 2012 . Diário Oficial da União, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Lei nº 11.769 de 2008. **Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica**, através do artigo 26º, § 6º. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm)>. Acesso em 06 - 06- 2013.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Lei nº 11.645 de 2008. **Dispõe sobre a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**, através do artigo 26º, § 1º e 2º. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em 20 - 06- 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2010. Disponível em:< [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). > Acesso em 24-02-2013.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

LUCCHESI, M. A. S. **O diretor da escola pública, um articulador.** In: PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) Administração escolar e política da educação. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. **Progestão: como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola?** Módulo VII. Ricardo Chaves de Rezende Martins, Rui Rodrigues Aguiar; Coordenação Geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília : Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação de. **Guia do diretor escolar Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do Diretor Escolar,** 2007, 120 p.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais.**

SACRISTÁN, J. Gimeno . **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Ângelo Ricardo de, (et al.) .**Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola,** 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg. > Acesso em 20-03-2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de (et al.). **Planejamento e trabalho coletivo.** Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR, 2005, 50 p.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.